

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE MARÇO DE 2020.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos de terça-feira, 17 de março de 2020, às 15h16min.

Época de coronavírus, informo que os Srs. e Sras. Deputados, ao registrarem a presença, poderão efetivar suas inscrições para falar no Pequeno Expediente, nos Comunicados de Parlamentares.

Convido o Deputado Leandro Grass a secretariar os trabalhos da Mesa.

Conforme disposto no art. 110, incisos I e II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do Expediente.

Solicito aos Srs. Deputados que registrem suas presenças.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Gostaria de fazer uma retificação. No Expediente lido, na sessão extraordinária do dia 16 de março, quando se leu: "Mensagem nº 93, PL nº 1.011, de 2019", leia-se somente: "PL nº 1.011, de 2020".

Passe-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Convido o Deputado Eduardo Pedrosa a fazer uso da palavra pelo Bloco Brasília em Evolução. (Pausa.)

Convido o Deputado Fábio Félix a fazer uso da palavra pela Liderança da Minoria no Comunicados de Líderes.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, eu protocolei agora há pouco, aqui na Câmara Legislativa, um projeto de decreto legislativo para sustar uma ação do governo. O governo editou ontem, no dia 16 de março, o Decreto nº 40.524, que trata de transferência, de forma temporária, do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde, o CIEVIS, para o Centro Integrado de Operações de Brasília, o CIOB, que é lotado na Secretaria de Segurança Pública.

Esse é o decreto do Governador do Distrito Federal, um decreto que nos preocupou, Deputado Delmasso, porque todos os Deputados aqui têm tomado uma série de iniciativas, tanto para fiscalizar a ação do Poder Público, quanto para colaborar com o enfrentamento ao Covid-19 no Distrito Federal. Mas nós temos que ter muito cuidado porque este País tem uma legislação, e a legislação precisa ser sempre seguida.

Há profissionais muito estudados e qualificados na área da saúde que entendem a importância da vigilância sanitária e a ética que existe por trás da vigilância sanitária no nosso País, e o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde, o CIEVIS, é parte da Subsecretaria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde e compõe uma rede nacional de alerta e respostas de emergência em saúde pública. Só quem pode responder e ter acesso aos dados, inclusive dados sigilosos relacionados a esse tema, é a autoridade sanitária, são os responsáveis que têm compromisso ético e técnico com a área, que entendem dos assuntos da área.

Então, o governo não pode transferir – e aí eu já fiz a sugestão ao Bispo Renato – esse tipo de serviço para a Secretaria de Segurança Pública.

No dia de ontem, nós já ficamos muito preocupados. Todo mundo se posicionou sobre isso com a exoneração do Sr. Secretário de Saúde, Osnei Okumoto. Primeiro, gera estranhamento, porque no meio de uma crise, de uma pandemia internacional, em que o governo tem tomado atitudes drásticas aqui no Distrito Federal, o Sr. Secretário de Saúde ter sido afastado! Tudo bem que o Sr. Governador pode dizer: “Ah, não, mas ele agora vai ficar aqui do meu lado, vai ser o Diretor da Faculdade de Medicina”, como foi a declaração do Governador. Foram essas palavras a declaração de S.Exa. Mas e aí é o Secretário de Saúde que tem todas as informações do Distrito Federal sobre saúde pública, que comanda a saúde do DF, que é exonerado! Isso gera uma preocupação e uma instabilidade no DF. Há uma preocupação geral da população.

Nós estamos sendo geridos por quem? Quem está tomando as decisões epidemiológicas? Quem está tomando as decisões de saúde? Quais são os dados

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

técnicos que embasam essas decisões? Qual a motivação política por trás das decisões?

Há um consenso nesta Casa de apoio às decisões do Sr. Governador Ibaneis de isolamento, de flexibilização do trabalho, de suspensão das aulas, porque todo mundo quer conter o vírus, mas há uma preocupação nossa sobre essa condução do governo e a forma como tem sido feita.

A gente se preocupa também com quem assume agora a Secretaria de Saúde. Várias expressões têm sido usadas para justificar a nomeação do atual Presidente do Iges. Preocupa-me porque é o presidente de um instituto que se contrapõe ao trabalho da Secretaria de Saúde. Para mim, tem o significado de privatização da saúde pública. E agora S.Exa. assume o comando da Secretaria de Saúde do Distrito Federal! Para mim, há uma contradição aí. Qual o interesse do Sr. Francisco ao assumir a Secretaria de Saúde? É manter a saúde pública do Distrito Federal ou é caminhar para a privatização, a terceirização da saúde? Então, essa é uma preocupação que nós temos sim.

O Dr. Osnei Okumoto tinha toda uma margem de diálogo nesta Casa, veio na última semana conversar com os Srs. Parlamentares sobre temas relacionados às medidas do governo, vinha informando a Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre o passo a passo do que ia ser feito. Então, essa é uma preocupação nossa.

Nós achamos que o governo precisa revogar o Decreto nº 40.424, que é um decreto, Bispo Renato, que não corresponde à legislação local, é um decreto que, se não cai pelo governo, cai pela Justiça. Nenhuma situação extraordinária pode justificar a desmoralização e a desqualificação da autoridade sanitária ou de quem entende tecnicamente do assunto.

Há dados sigilosos, e quem está à frente do SEVS – Serviço de Apoio a Enfermagem e Vigilância à Saúde tem, e que não podem ser repassados a ninguém, especialmente quem não tem conhecimento técnico. O CIOB – Centro Integrado de Operações em Brasília, compõe diversos outros secretários e autoridades que não têm conhecimento sobre a área. Então, essa é uma preocupação enorme que nós temos.

Além disso, queria comentar muito rapidamente o nosso esforço em colaborar. Nós achamos que os temas relacionados ao enfrentamento ao coronavírus não são temas que devam envolver a disputa política de Oposição e Base, pelo contrário, por isso temos colaborado, votando os projetos que o governo está indicando para votar, aqueles que têm acordo e que têm a ver não necessariamente com a crise, mas nós estamos dispostos a votar, sim. Há uma preocupação em preservar a saúde pública do Distrito Federal e a Secretaria de Saúde.

Nós já temos um Presidente absolutamente inconsequente, irresponsável, à frente da Presidência da República. Hoje, Deputado Delmasso, S.Exa. disse que vai dar uma festinha de aniversário e o que está acontecendo é uma histeria coletiva.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Então, o Brasil – eu falei isso ontem – não merece esse Presidente da República. Se o meu partido, o PSOL, tiver juízo, vai entrar com um pedido de *impeachment*.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Convido para fazer uso da palavra a Deputada Arlete Sampaio.

Gostaria de solicitar a todos os Srs. Deputados e Deputadas que se encontram em seus gabinetes, que possam se dirigir ao plenário. Há dez Deputados que registraram presença. Estamos prontos para votar as proposições da Ordem do Dia.

Com a palavra a Deputada Arlete Sampaio pela Liderança do Bloco Democracia e Resistência.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos e a todas.

Todos aqui nesta Casa têm sido testemunhas do esforço que nossa bancada tem feito, mesmo sendo oposição ao atual Governo do Distrito Federal, em colaborar, sobretudo neste momento de crise devido à pandemia da Covid-19. Todo mundo é testemunha disso. Entretanto, nós não podemos continuar validando todas as coisas que o Governador faz.

Também nos causou extrema estranheza a saída do Secretário Osnei Okumoto. E a justificativa, muito pouco plausível do Governador, é que o Osnei está deixando o cargo porque o Governador precisa dele perto. Ora, o que é mais importante neste momento: é cuidar desta crise de pandemia ou é ter um assessor especializado? Nós não aceitamos essa justificativa e nós queremos saber a efetiva razão dessa decisão do Governador. É muito estranho que o Governador tenha tirado o Osnei e colocado no lugar dele o Presidente Superintendente do Instituto de Gestão e Estratégica de Saúde.

A gente sabe muito bem como é crítica a gestão do Iges, a gente sabe muito bem de todas as dúvidas que pairam a respeito inclusive da lisura dos procedimentos da atual direção do Iges e, agora, temos essa mesma pessoa assumindo a Secretaria de Saúde. Eu acho que é inadmissível o que está acontecendo, nós não podemos fechar os olhos a isso.

Por outro lado, também queremos nos somar ao Deputado Fábio Felix no sentido de que o PDL que ele protocolou possa ser realmente votado aqui, é inadmissível se pensar em transferir, mesmo que temporariamente, como diz o decreto, o CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde para a segurança pública. São duas coisas incompatíveis. Uma coisa é segurança pública e suas atribuições; outra coisa é a vigilância sanitária que tem que estar casada justamente com a área da saúde, com a Secretaria de Saúde. Eu não entendo, talvez o Governador queira ter o controle da nominata das pessoas que estão doentes ou que não estão doentes no Distrito Federal, e isso é negado pela lei, isso é sigilo médico.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Portanto, não é possível que esse tipo de coisa aconteça. Eu acho que são coisas absurdas.

Também eu quero lamentar a não vinda hoje à Câmara Legislativa do Secretário da Sedes. Nós fizemos uma série de recomendações que iríamos entregar ao secretário e, em função da ausência dele, eu vou passar essa sugestão ao Secretário Parlamentar para que ele possa fazer chegar ao governo.

Nós não podemos admitir o que está acontecendo hoje em Brasília: que um instituto que foi contratado para fazer o trabalho de reconhecimento da população de rua não tenha condições de abrigamento dessas pessoas. A legislação existente no Distrito Federal permite que isso possa ser feito a partir da suplementação do contrato desse instituto, da mesma forma como é possível a gente pagar as pessoas que estão no cadastro único dos programas sociais do Governo Federal, pelo menos a complementação do Brasil Sem Miséria, porque a lei permite que ela seja feita. Portanto, são várias iniciativas, inclusive para o SLU que também tem que dotar os garis de equipamentos para que eles possam fazer a higiene das mãos. Portanto, são várias iniciativas que estamos protocolando.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que, em função de tantas questões levantadas aqui ontem sobre o uso dessas pessoas que querem se aproveitar do momento de crise e aumentar o preço de insumos nas farmácias, a gente protocolou hoje – e eu espero que seja lido e votado ainda hoje – um projeto de lei justamente para coibir essa prática nociva ao interesse da população.

Então, eu espero que possamos hoje votar esse projeto de lei em regime de urgência para que a gente possa dotar o Distrito Federal de uma legislação que possa coibir esse tipo de prática por parte de farmácia, de fornecedor e de outros indivíduos que querem ganhar dinheiro às custas do sofrimento alheio.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um apelo, mais ou menos, no mesmo sentido do que V.Exa. fez: os Parlamentares devem vir ao plenário para a gente poder votar o projeto de crédito e irmos embora.

Eu, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Valdelino Barbosa, pela OMS, não somos nem obrigados a vir trabalhar por causa da idade.

Nós sabemos que esse ambiente é extremamente insalubre, porque o ar circula aqui dentro. Então, se alguém espirrar aqui dentro todo mundo ficará contaminado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Também há um posicionamento da Mesa a respeito do trabalho poder ser realizado *on line*, a exemplo do que o Congresso Nacional está desenhando.

Queria fazer um apelo aos colegas, uma vez que estou com o parecer pronto. As emendas deram trabalho, porque o Legis não está conversando com o SEI, teve que ser feito uma por uma e tal.

Eu gostaria que V.Exa., na Presidência, também fizesse um apelo aos Parlamentares para votarmos e irmos embora, exatamente cumprindo a recomendação dos órgãos de saúde.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix, pela ordem, em seguida ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Informo, Deputado Agaciel Maia, que também estou no grupo de risco, porque tenho uma doença pulmonar grave, asma.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao debate que os Parlamentares têm feito, se devemos ou não reunir a sessão legislativa, minha reflexão sobre isso é que eu acho que é muito importante esta Casa se manter firme.

A população está de olho no Poder Legislativo, e o Poder Legislativo é um poder de controle democrático da sociedade, até para poder manter um discurso em relação a isso e uma análise de fiscalização em relação à postura do governo, porque, nesses momentos, a história nos mostra que as tendências autoritárias, que suplantam as legislações, elas acontecem.

Então, do meu ponto de vista, nós somos mandatários do povo e temos que estar presentes, mesmo que a gente busque – como disse o Deputado Agaciel Maia – algumas estratégias. Apesar de ser absolutamente contrário que façamos, neste momento, sem estudo, sem discussão, qualquer tipo de votação e participação *on line*, porque eu acho que aqui há divergência, há obstrução, aqui, hoje, há um regimento consolidado para podermos avançar para esse tipo de metodologia, mas isso leva muito tempo para poder garantir as prerrogativas das minorias e as prerrogativas democráticas que o Parlamento consolidou como ferramenta.

Então, eu acho que temos que manter a sessão legislativa mesmo que muito enxuta e objetiva, mas firme, para que possamos continuar defendendo os interesses da população.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V.Exa. se a Mesa Diretora já debateu a possibilidade de nós suspendermos os trabalhos.

Eu acho que, em virtude de tudo o que está acontecendo e em virtude de medidas tomadas por outras Casas Legislativas no âmbito federal, considerando que muitos servidores desta Casa viajaram para o exterior recentemente e considerando que o nosso trabalho está pouco produtivo, em virtude de uma série de medidas tomadas, eu gostaria de propor à Mesa Diretora e a todos que nós realmente suspendêssemos os trabalhos legislativos e, caso haja a necessidade de uma votação urgente, em virtude de uma medida urgente, fosse convocada uma sessão extraordinária.

A gente há de convir que está contraproducente o nosso trabalho, além de nós aumentarmos os riscos.

Então, acho que poderíamos tomar essa medida hoje, inclusive, por meio de uma decisão de plenário ou por meio de um ato da Mesa Diretora, Sr. Presidente.

Essa é a proposta.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que nós não devemos suspender os trabalhos da Câmara Legislativa, nós não podemos sinalizar para a sociedade que estamos apavorados mais do que a sociedade está.

O fato de estarmos trabalhando mostra para a sociedade que estamos aqui firmes e ao lado para contribuir com a solução desses problemas. Eu acho que devemos continuar.

A situação epidemiológica de Brasília ainda não recomenda isso. Para vocês terem uma ideia, na assembleia nacional francesa, há dois deputados contaminados e um funcionário do restaurante. O restaurante está fechado e a assembleia nacional está funcionando.

Então, não tem motivo para suspender, não tem nem circulação local do vírus ainda. Acho que devemos continuar. Quem estiver gripado, não venha. Somos, de fato, a representação democrática da sociedade. Senão, a gente vai instaurar uma ditadura no Distrito Federal. Talvez alguns gostassem muito, mas nós não queremos que isso aconteça.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas e a todos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu estava bem animado com a condução que o governo vinha dando, vinha fazendo com relação ao coronavírus aqui no Distrito Federal. Eu estava realmente satisfeito com as medidas do Governador. Mesmo sendo um Deputado de Oposição, eu vinha fazendo elogios pelas redes sociais e me posicionando claramente em apoio, principalmente, às medidas de isolamento social, de restrição de aglomerações. Acho que até hoje o governo vinha acertando muito, vinha fazendo a coisa certa – acolheu várias sugestões que os Deputados aqui deram, de incluir algumas pastas no gabinete de crise.

Mas, de fato, hoje, Sr. Presidente, na nossa visão, houve um grande equívoco. O CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde precisa ficar na Secretaria de Saúde, porque todos os dados que circulam por ali precisam ser construídos em parceria com os profissionais da saúde.

A mesma coisa fez o Presidente da República hoje, agora há pouco: colocou o gabinete de crise sob a liderança do General Braga Netto. Tirou do Ministro da Saúde, Mandetta, que também vinha fazendo um bom trabalho, vinha conduzindo da melhor forma possível todo o processo de controle, de orientação aos estados e municípios. Tirou a liderança do Ministro Mandetta para centrar na mão de um general despreparado para lidar com saúde pública.

Por que o Governador Ibaneis vai fazer o mesmo agora? Tira o CIEVS da Secretaria de Saúde para colocar no seu gabinete, no gabinete de crise? O CIEVS é estratégico, ele precisa estar em contato com os profissionais da saúde. Alguém tem que dizer isso para o Governador! Ele não pode fazer isso. Um passo para trás.

Aí exonera o Secretário de Saúde hoje e coloca um cidadão que, não sei por que, está lá agora, na Secretaria de Saúde. Não demonstrou nada ainda, de compromisso com a saúde, não demonstrou nenhuma competência para lidar com a saúde, e está lá nesse instituto que, até agora, também não mostrou a que veio.

Proposta, Sr. Presidente: se nós, realmente, dermos seguimento às atividades da Casa, amanhã o Sr. Francisco tem que estar aqui, junto com o Secretário de Desenvolvimento Social, que hoje não veio.

A gente não vai fazer aqui guerra ideológica, disputa política no Distrito Federal em relação à saúde pública. Agora, nós vamos exigir que o certo seja feito, que nós sejamos ouvidos, que a população seja ouvida.

Até agora não falaram nada sobre como vão tratar a população de rua, como vão cuidar das pessoas que estão nas unidades de acolhimento. Lá no Areal tem uma unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua; está cheia de famílias. Como vai ser o procedimento lá?

Até agora não ampliaram os carros do transporte público; o BRT continua cheio, lotado; os ônibus continuam lotados; o metrô continua cheio. Como é que vai ser?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, a gente precisa sentar agora, aqui, todo mundo junto, com lucidez, com prudência, Sr. Presidente, aproveitando que todo mundo está disposto a colaborar, e construir algo bom para o Distrito Federal, que realmente coloque a vida da população em segurança. Fica aqui o nosso registro.

Até agora o governo estava indo bem. Repito: estava indo bem. Mas no mesmo dia exonera secretário, exonera direção, coloca uma pessoa na Secretaria sem qualquer preparo, aí coloca o ex-Secretário lá na Escola de Ciências da Saúde – e já estão pedindo os cargos lá... Espera aí, gente! Espera aí. Como a gente tem cobrado o comando, ele tem que dar o exemplo. A liderança tem que dar o exemplo.

Para concluir, Sr. Presidente, peço só uma pequena extensão do meu tempo, por gentileza, para dar mais uma informação importante de uma iniciativa que nós realizamos na manhã de hoje.

Assim como nós estamos preocupados com o Distrito Federal, estamos preocupados com o Brasil e com o mundo. Este é um momento em que os líderes mundiais tinham que sentar à mesa também, tinham que conversar, tinham que construir cooperação internacional. Este é um momento em que os líderes nacionais – o presidente, o primeiro ministro de cada país – tinham que tomar a devida precaução. Ele, principalmente, não pode ser o contratestemunho daquilo que a população tem que fazer.

Domingo foi o estopim da bomba, Sr. Presidente! Domingo foi o estopim da bomba. Não dá mais! Chega! Agora pela manhã nós protocolamos o primeiro pedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro. Cinco crimes de responsabilidade constam no nosso pedido, entre eles ter convocado manifestações, provocado aglomerações, em meio ao coronavírus. Além de outros quatro crimes: entre eles, incitar a ordem democrática, promover pornografia na internet... Cinco crimes de responsabilidade, segundo a Lei do Crime de Responsabilidade.

Amanhã deve vir outro pedido. A ideia é não gerar instabilidade, mas com este senhor sentado na Presidência da República o Brasil não passará por essa situação tão cedo.

Por isso nós protocolamos hoje pela manhã o pedido de *impeachment* de Jair Bolsonaro. A peça está aqui para quem quiser ver; está no nosso *site*. As milícias digitais, os robôs já estão lá na internet fazendo os estragos que costumam fazer: ameaças, xingamentos, aquele baixo nível que é típico do fanático, do apaixonado por Bolsonaro.

Nós seguiremos adiante, fazendo a nossa parte. Estamos à disposição do Governo do Distrito Federal para construir o melhor para Brasília, desde que haja responsabilidade e equilíbrio.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência Deputado Rafael Prudente.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Antes de passar a palavra ao Deputado Jorge Vianna, primeiro quero cumprimentar todos os Deputados que estão aqui e solicitar aos que estiverem na Casa que venham ao plenário para que encerremos os Comunicados de Líderes e de Parlamentares, passemos para a Ordem do Dia e possamos encerrar a sessão até as 16h.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Jorge Vianna, pela Liderança da Maioria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, colegas da imprensa, servidores da Casa, pessoas que estão nos assistindo pela TV.

Difícilmente vocês verão eu vir à tribuna falar do partido a, b ou c, mas não tem como eu não falar sobre o que vem acontecendo no cenário nacional com relação ao Presidente da República – eu, como servidor da saúde, como um defensor das boas práticas para prevenção de acidentes, de doenças e tudo. Realmente, o que ele fez foi um ato totalmente irresponsável.

Eu não vim só falar sobre esse ato dele; eu vim falar da postura do Presidente com relação à condução desta Nação. Como nós podemos ter um Presidente, um piloto aqui do nosso jumbo, que é o Brasil, que ignora as recomendações? E que, na verdade, não se preocupa com o prejuízo que não só ele, mas todos aqueles que estavam na manifestação poderiam causar para o Distrito Federal – porque eu tenho certeza de que muitos vieram de fora do Distrito Federal, podendo trazer ou levar a contaminação –, aos próprios cidadãos aqui do Distrito Federal. Ele não se importou com a saúde do DF, ele não se importou e talvez não se importe com a nossa estrutura de saúde. Então, ficou a cargo do Governador Ibaneis ter essa preocupação.

E aí o que me deixou mais revoltado foi a promessa do Ministério da Saúde – que dispõe de bilhões de recursos para investir na saúde –, ao fazer um pronunciamento dizendo que vai mandar pouco mais de 400 milhões para o País, no combate ao coronavírus.

Gente, pelo amor de Deus! Para vocês terem uma ideia, caso um paciente mais idoso, ou um paciente qualquer evolua para ter que ser internado em uma UTI, uma diária de UTI, pelo SUS, não sai por menos de 3 mil reais aproximadamente. Uma diária! Um paciente ficando trinta dias na UTI vai gastar, pelo menos, 90 mil reais; dez pacientes, em torno de 1 milhão de reais; 60 pacientes, em torno de 6 milhões de reais, que é o que vem para o DF. Fizeram o cálculo *per capita*. Cada cidadão brasileiro vai ter para ajudar no combate ao coronavírus, através do Ministério da Saúde, que é quem está realmente reformulando e é o responsável pelo combate às endemias, às pandemias, que sejam, dois reais – cada cidadão. Como somos três milhões de habitantes, são seis milhões de reais. Ou seja, pelo menos sessenta pessoas têm garantia de trinta dias de UTI aqui em Brasília.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

É óbvio que essa conta não vai bater e é óbvio que isso é para inglês ver, mas para a população o discurso é: “Nós estamos colocando quatrocentos e poucos milhões”. Para a população, milhões é muito dinheiro, mas, quando se coloca no papel, vemos que é um recurso que não dá para nada. Esses quatrocentos e poucos milhões seriam só para comprar o gel, por exemplo, para abastecer o Brasil, de repente, por um mês. Então, é vergonhoso o Ministério da Saúde propor isso como se fosse uma grande vitória, como se fosse uma grande coisa.

Daí, vem o Ministro da Economia e fala “Mas nós vamos liberar o décimo terceiro, a primeira e a segunda parcela do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”, como se fosse assim: nós estamos dando dinheiro para vocês. O dinheiro é deles. O dinheiro é da população. Ele está só adiantando uma coisa que já é da população. Então, de fato, o que é que está vindo mesmo para ajudar no combate ao coronavírus?

Eu fiquei muito revoltado com a situação vinda do Presidente da República. Imaginem, se o Presidente da República tem esse sentimento, se o Ministro da Economia tem esse sentimento e o Ministro da Saúde também, que diremos nós, trabalhadores, que estamos enfrentando, sendo meio MacGyver, tentando arrumar uma coisa, se não tem álcool em gel, usamos o hipoclorito; se não tiver, vamos usar outra coisa, enfim, mas nós estamos fazendo.

Só para finalizar, Sr. Presidente, televisão, colegas, anotem: eu recebi uma informação. A pessoa fala em denúncia, mas eu não posso afirmar se realmente é um caso verdadeiro. Eu recebi a seguinte denúncia: de que, no Hospital Anchieta, em Taguatinga, há três casos de coronavírus confirmados. Eu perguntei para a pessoa que me fez a denúncia: mas você tem provas disso? Não. A gente não tem prova, porque, na verdade, ninguém sabe de nada. Tudo indica que sim, mas nós não temos provas. O fato é que nós estamos atendendo pessoas com sinais e sintomas característicos, mas estamos sem máscaras, com a maior dificuldade de conseguir os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual. Então, nós queremos fazer essa denúncia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento de hoje. As questões da área de saúde no Brasil... Apesar de o Ministro da Saúde ser um cara preparado, como o senhor disse, com o Presidente da República sem qualquer controle emocional, fica muito difícil alguém fazer um bom trabalho, Deputado Jorge Vianna.

Aqui, no Distrito Federal, eu tive um colega do Senado que foi designado Secretário de Saúde. Um consultor do Senado, meu colega. Depois que ele saiu, ele disse: Agaciel, a Secretaria de Saúde... O problema é que não adianta, porque o cara senta na cadeira, mas, para baixo, ele não consegue permear.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Então, o que é que acontece? Eu sugiro ao Governador – porque há duas pessoas que são preparadas para serem secretários porque conhecem a estrutura, que vai da cadeira de secretário até os terceirizados, que é o senhor... Eu acho que, se o Ibaneis tivesse juízo, indicaria ou o senhor ou a Deputada Arlete Sampaio para ser Secretário de Saúde. São pessoas que conhecem a estrutura da secretaria, que conseguem permear na verticalização, desde os coordenadores até os terceirizados, e conhecem profundamente as áreas de hospitais. Porque, senão, nós vamos continuar substituindo secretário de saúde quatro a cinco vezes por ano e não vai resolver a questão de saúde.

Nós sabemos que o governador tinha que estar atento à saúde e nós chegamos a dizer isso para o Agnelo Queiroz e para o Rodrigo Rollemberg, porque a saúde de Brasília é quem enterra político. Quem enterra o governador, quem enterra o pessoal é a Secretaria de Saúde, porque ninguém aguenta uma Câmara numa entrada de um hospital.

Há promessa de muito dinheiro e estou falando isso porque o orçamento da saúde tem muito dinheiro e pode conseguir muito mais se tiver um secretário esforçado e que fique batendo na porta do Ministério da Saúde.

O Bispo Renato está aqui junto com o Presidente e junto com o Deputado Chico Vigilante, que conversam diretamente com o Governador. Podiam fazer a sua indicação para Secretário de Saúde com o apoio total da Câmara Legislativa.

DEPUTADO JORGE VIANNA – (Risos.) Obrigado. Já ganhei minha legislatura, Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Jorge Vianna, para concluir, por gentileza.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eu fiquei até emocionado aqui, porque, vindo do Presidente da CEOF uma referência dessas, eu ganhei meu mandato. Ser indicado por ele para Secretário de Saúde é porque realmente eu devo estar fazendo algo de bom. Obrigado, Deputado.

A Secretaria de Saúde, como o senhor falou, é uma atividade muito difícil. Inclusive eu agradeço ao ex-Secretário Osnei todo o serviço que ele fez durante um ano e três meses à frente da pasta, um homem muito bom de coração, que sempre atendia a todos. Eu brincava com ele e falava: "Osnei, eu estou com raiva de você, mas não consigo brigar com você". Porque ele sempre é sorridente. Vai fazer falta nesse sentido. Mas de fato a Secretaria de Saúde precisa de um pouco mais de agressividade para combater muita coisa. Eu acredito que a saída do Osnei, a troca do comando deva ter agora como líder uma pessoa que realmente tenha vontade de lutar contra tudo e contra todos e não tenha medo, porque a saúde é e sempre será a pasta mais...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Enfim, para concluir, só relembro do Hospital Anchieta, de onde eu recebi essa denúncia, a qual não sei se é verdadeira ou não. Apenas eu quis fazer essa menção porque eu havia falado anteriormente que nós Deputados não podemos saber da saúde e dos casos apenas através dos boletins. Nós temos que ter acesso aos hospitais privados para saber quantas pessoas estão fazendo o exame e em quantas pessoas ele está dando negativo ou positivo ou falso-positivo, o que seja. Nós Deputados precisamos saber para sermos os porta-vozes da população. Nós não podemos apenas passar para a população o que estamos ouvindo da televisão e o que estamos vendo através de boletins. Ainda mais porque os boletins podem ser equivocados, como foram essa semana, o que foi uma vergonha para a nossa saúde mais uma vez perante o Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 1.020, de 2020.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, acato a questão de ordem de V.Exa.

Eu gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Deputados que temos dois projetos extrapauta com a inclusão deste, que é o projeto da LDO, a alteração da LDO do projeto que votamos ontem; e o projeto de crédito, para o qual estamos fazendo remanejamento das nossas emendas.

Houve um pedido aqui, enquanto votaremos os demais itens, Deputado Agaciel Maia, para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 786, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que trata sobre a disposição e obrigatoriedade de avaliação dos impactos nas políticas fiscais, tributárias e creditícias. Votamos este projeto em primeiro turno e, se o Plenário acatar, poderíamos apreciá-lo também em segundo turno.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre essa matéria, foi questionada inclusive essa lei sobre a obrigatoriedade dos impactos dos projetos encaminhados pelo governo, que há época foi assinado, inclusive, também com o Wasny. Houve uma discussão que seria igual à Lei de Responsabilidade Fiscal, porque recebíamos muitos projetos de lei cujas justificativas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

não eram verdadeiras, dizendo que os impactos eram de dois e na realidade eram de dez, por isso estamos na condição financeira que o Distrito Federal se encontra.

Essa lei foi questionada, e recentemente o próprio Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão a respeito. Essa decisão do Supremo Tribunal Federal encontra-se com a Procuradoria aqui da Casa.

Portanto, eu queria que, antes de votarmos, houvesse um cortejamento entre o que o Supremo decidiu, para que façamos uma correlação com esse projeto de lei que está sendo votado aqui, para que votemos com segurança e não criemos uma nova demanda jurídica.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Na verdade, essa análise pela Procuradoria já foi feita. Eu a encaminhei a V.Exa. para que a gente possa apreciar, ou não, essa legislação. Desde já, então, como o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças tem dúvidas, a gente o retira de pauta no dia de hoje.

Eu indago ao Plenário também – para que possamos dar celeridade, pois já são 16h – se podemos abrir mão dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, para entrarmos na Ordem do Dia.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em função da discussão havida aqui ontem, de vários Parlamentares reclamando e falando da usura de fornecedores e de vendedores de insumos e em função da lei que aprovamos aqui, fiz um projeto de lei, que está aí – pedi à Mesa para fazer a leitura – , justamente para que todos os Deputados pudéssemos votar juntos, para criar uma lei que institua penalidades, inclusive, para quem descumprir a legislação que votamos aqui.

Então, eu gostaria que V.Exa. desse uma olhada e, se possível, votássemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Peço que identifiquem o processo para que possamos ler aqui e discutir, com base no entendimento dos Líderes, a sua inclusão ou não na pauta.

Antes de darmos início à Ordem do Dia, quero só fazer dois registros aqui. Hoje, representei a Câmara Legislativa. Claro que a vontade do governo é que todos os 24 Deputados Distritais estivessem presentes; mas, na impossibilidade de isso acontecer, eu participei de um ato muito importante, Deputado Chico Vigilante, que foi a assinatura do contrato para a construção de sete novas UPAs aqui no Distrito Federal.

Então, hoje, por volta das 11h da manhã, foi assinado pelo Governador, o presidente do instituto e o secretário de saúde a ordem de serviço e os contratos para

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

o início imediato da construção das novas UPAs. Dentro de poucos dias, as empresas já estarão trabalhando nos locais, iniciando essas obras, obras essas que foram autorizadas aqui pelo Poder Legislativo.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria ver a possibilidade de se fazer a votação de um projeto que apresentei hoje, diante de toda essa situação do Covid-19, do coronavírus, da insegurança que foi criada, inclusive, para os empresários, para os consumidores. É um projeto que acredito ser muito importante neste momento do Distrito Federal.

É um projeto, explicando bem brevemente, que faz com que as empresas e agências de viagem, se por acaso as pessoas queiram fazer remarcação das passagens aéreas, não cobrem uma taxa para fazer essa remarcação e nenhuma multa. Isso é uma medida para estimular as pessoas a não cancelarem, a remarcarem suas passagens para salvar as agências de turismo mesmo neste momento de crise, e, ao mesmo tempo, para trazer para esses consumidores segurança jurídica de que as suas passagens compradas, as suas viagens pré-agendadas, para serem remarcadas, não precisarão de taxa adicional.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, Deputado. Não sei se esse projeto já foi lido. Se não foi lido ainda, peço que, da mesma forma que foi feito o encaminhamento à Deputada Arlete Sampaio, o seja aqui. Solicito a V.Exas. que têm esse pedido de inclusão que, enquanto votamos os dois projetos acordados, possam conversar e chegar a um entendimento sobre votação ou não, no dia de hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz uma sugestão ao Governo do Distrito Federal, que já foi lida aqui, hoje. Sugeri ao Governo do Distrito Federal que determine que o transporte público do Distrito Federal funcione com apenas 50% da capacidade de lotação, como forma de prevenção e transmissão do Covid-19.

Essa medida já foi tomada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro. Sugiro, por meio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que o Governador Ibaneis Rocha tome a mesma decisão.

Acompanhei, na manhã de hoje, todos os noticiários de televisão da *Globo*, *Record*, *Bandeirante*. A maior preocupação da população é a quantidade de gente dentro dos metrô e dos ônibus. Realmente, eles continuam como latas de sardinha!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Portanto, se querem efetivamente combater o Covid-19, é preciso tomar esse tipo de medida! É fundamental que essa medida seja acatada pelo Governo do Distrito Federal. Mas, ao contrário disso, o que fizeram os empresários de ônibus? Diminuíram o número de linhas nas vias, fazendo com que os ônibus fiquem mais lotados ainda.

Portanto, estou fazendo essa sugestão, por meio da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Espero que o Governador Ibaneis Rocha tome essa decisão para o bem da população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, tive um encontro hoje, pela manhã, com o Secretário de Mobilidade, que já determinou às empresas que não reduzam o número de nenhum tipo de veículo. Muito pelo contrário, que já a partir de amanhã rodem com cem novas linhas. Então, tudo vai ser normalizado. Os ônibus que faziam transporte escolar vão ser utilizados, justamente atendendo à sugestão de V.Exa.

Vou passar a palavra aos Deputados que solicitaram a presença do Secretário de Assistência Social. Ele estava em reunião, desde de manhã, com os demais secretários, ajustando o protocolo de atendimento da sua pasta. Ele pediu que fizéssemos essa reunião hoje no final da tarde ou amanhã, inclusive com mais informações.

Passo essa informação ao Plenário e, dentro de alguns instantes, vou solicitar ao representante do Poder Executivo que já encaminhe o horário em que o secretário estará aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Pergunto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 34, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia das sessões ordinária e extraordinária convocadas. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item para votação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência (art. 73 da LODF), do Projeto de Lei nº 1.018, de 2020 (Mensagem nº 94/2020), de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais)”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 94 emendas até o momento. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que relate a matéria ou designe relator.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2020 (Mensagem nº 94/2020), de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais)”.

Eu recebi informações de que algumas outras emendas seriam apresentadas pelo sistema. Nós tivemos dificuldades de alimentar pelo sistema normal, que funcionava, e tivemos de alimentar pelo SEI, já que o Legis não está conversando com o SEI. Alguns Parlamentares não conseguiram aprovar em tempo. Eu vou citar os nomes dos Parlamentares que apresentaram as emendas, mas quem não conseguiu pode apresentar no segundo turno de votação.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o voto do Relator, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa, art. 64, II, *a* e *b*, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições, bem como as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

O presente projeto de lei trata de um remanejamento, objetivando atender os programas de capacitação de servidores da Polícia Militar do Distrito Federal, além da modernização e do reequipamento das unidades de segurança pública. A proposição visa também atender despesas com a gestão das atividades de sinalização horizontal e vertical, através do Departamento de Trânsito do Distrito Federal nas regiões de Sol Nascente e Arniqueiras. Atenderá também à implementação da realização das atividades de comunicação social, de modo a permitir a contratação de empresa de serviço de comunicação corporativa.

Dessa forma, uma vez que a presente proposição trata apenas de remanejamentos e indicado o devido cancelamento para a suplementação, o que ocorre no caso, não há que se falar em óbice para a aprovação do projeto.

Foram ainda apresentadas 97 emendas até agora à proposição, sendo apreciadas conforme o quadro a seguir. Emendas do Deputado Roosevelt Vilela, do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Deputado Daniel Donizet, do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Iolando Almeida, do Deputado Reginaldo Sardinha, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Agaciel Maia, do Deputado Leandro Grass, do Deputado Delmasso, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Robério Negreiros, do Deputado Eduardo Pedrosa, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Jorge Vianna, do Deputado Fábio Felix. Alguns Parlamentares deixaram de registrar emenda.

Então, nós as submeteremos à votação agora em primeiro turno, Sr. Presidente, e as correções das emendas que não entraram no sistema, vamos incluir como emenda de segundo turno. Portanto, estamos aprovando todas as emendas dos Deputados que eu citei aqui, mas alguns não registraram suas emendas. A emenda não entrou no sistema. São 97 emendas, conforme o quadro no parecer por escrito que eu vou apresentar. Então, nós temos aqui a Deputada Arlete Sampaio, a Deputada Jaqueline Silva, o Deputado Roosevelt Vilela, o Deputado João Cardoso, o Deputado Delegado Fernando Fernandes.

Sr. Presidente, as emendas que foram apresentadas pela Seleg em plenário ainda não aparecem no sistema, por isso... Vão entrar no sistema agora? Aí V.Exa. decide se aguarda um pouco para votar ou se a gente inclui como emenda de segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, vamos aguardar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Minha sugestão é que a gente possa aprovar o relatório do jeito que está e apresente tudo em segundo turno.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado, é melhor a gente fazer tudo agora, senão vamos ter que pegar todo mundo, entrar no SEI e assinar as emendas de todos em segundo turno.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Nas emendas de segundo turno, teremos que pegar mais assinatura de outros Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Exatamente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então dificulta mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Vamos passar para o próximo item?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Peço à assessoria que identifique todas essas emendas para que o Deputado Agaciel Maia possa proferir o parecer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu concordo com V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – V.Exa. pode ficar aí porque é o relator da próxima matéria também.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Já estou pronto aqui para relatar, se a informática não me atrapalhar.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradecendo, estou retornando hoje às atividades e gostaria de colocar para a Mesa o meu relatório médico de retorno. Isso se faz necessário para que não conste mais. Eu tentei agora registrar a presença, e constou como licenciado. Por isso eu gostaria de fazer essa solicitação do recebimento do relatório médico, para que eu possa ser liberado aqui para as atividades, inclusive para registrar a presença e o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, Deputado. Acato a solicitação e peço que faça o encaminhamento para que a gente possa publicar no *Diário da Câmara Legislativa* amanhã.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabei de receber uma informação de que os vigilantes do HRAN não estão usando máscaras, inclusive foi determinação, ao que tudo indica, para que eles não usassem máscaras. Então eu gostaria que fosse verificada essa informação ainda na data de hoje, para saber se essa informação procede ou não. Se proceder, não tem sentido.

Os vigilantes que também estão na linha de frente devem estar protegidos, ainda mais em áreas extremamente críticas, como nos prontos-socorros, em UTIs, que têm maior índice de contaminação. Eu gostaria que verificasse essa informação, para que eu mesmo pudesse falar aqui a informação verdadeira.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.020, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para exercício financeiro de 2020 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 1.020, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para exercício financeiro de 2020 e dá outras providências”.

Cumprindo o compromisso feito ontem para que pudéssemos votar o projeto que reduzia de 18% para 7% do ICMS para aquisição de vários produtos de combate ao coronavírus. Foi citada a necessidade de um projeto específico alterando a LDO, e é sobre isso que estamos emitindo o parecer, ou seja, ao Projeto de Lei nº 1.020, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, com base no Regimento Interno e cumprindo todas as exigências de leis orçamentárias e jurídicas, somos pela admissibilidade e aprovação no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.020, de 2020, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência (art. 73 da LODF), do Projeto de Lei nº 1.018, de 2020 (Mensagem nº 94/2020), de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais)”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Agaciel Maia, mas, enquanto se esperam os ajustes necessários, suspenderei a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h22min., a sessão é reaberta às 16h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Eu quero fazer um apelo ao Deputado Hermeto. O Deputado Hermeto, nesse processo, apresentou mais de 45 emendas. Em um processo! A Deputada Júlia Lucy apresentou, se não me falha a memória, 43 emendas. Só que ela não pode apresentar emenda porque o seu ato de afastamento foi publicado no dia de hoje.

Então, eu quero pedir à assessoria que traga logo o veredito a esta Mesa e ao Relator, para que a gente possa apreciar o projeto, porque já são 16h50min.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Já tive a informação aqui sobre as máscaras dos vigilantes do HRAN. Ao que tudo indica, a informação que chegou é que a empresa é que deve fornecer as máscaras aos vigilantes. E aí, obviamente, não forneceu, os vigilantes estão sem máscaras. Então peço à empresa AVAL – se eu não me engano, é a empresa que está lá no HRAN – e a todas as outras empresas que forneçam EPI – Equipamento de Proteção Individual para os seus vigilantes.

A partir de agora, no EPI do vigilante, bem como das meninas da limpeza, nos EPIs delas fazem parte agora as máscaras, luvas e tudo o que for preciso. E aqueles que tiverem mais contato próximo com pacientes contaminados também deverão usar os óculos.

Então, é um pedido que eu faço e já deixo aqui um alerta às empresas de vigilância, de limpeza, que trabalham, que prestam serviço para a Secretaria de Saúde: forneçam EPI para os seus trabalhadores!

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também salientar a importância – já falei na sessão de ontem – do papel do Corpo de Bombeiros no combate ao coronavírus, mas nós temos que avançar. Os bombeiros estão bastante preparados para o combate no que diz respeito à capacidade técnica e equipamentos, mas nós temos uma lacuna: há uma falta de equipamento de proteção individual para os bombeiros que fazem um atendimento pré-hospitalar. Eu falo no sentido mais específico referente a roupas adequadas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Dessa forma, eu estou apresentando uma emenda ao orçamento nesse projeto do Executivo, que abre crédito na ordem de 500 mil reais para o Corpo de Bombeiros para aquisição de roupas específicas, para trazer essa proteção aos nossos militares. Para os senhores terem uma ideia, os nossos militares que fazem o atendimento pré-hospitalar ficam extremamente expostos ao contágio. Ainda mais agora nessa questão do coronavírus, só a utilização de máscaras e luvas não impede o contágio.

Então, a aquisição de roupas adequadas é importante e é urgente. Com a aprovação desse crédito, eu tenho a certeza de que a instituição Corpo de Bombeiros vai poder fazer a aquisição.

Também eu queria salientar nessa questão da exoneração – viu, Deputado Jorge Vianna, o senhor falou muito sobre a saída do Secretário de Saúde –, eu não vou entrar no mérito se ele deveria continuar ou não, mas o IGES – Instituto de Gestão Estratégica da Saúde é subordinado à Secretaria de Saúde. Na nossa lei, no estatuto prevê que a Secretaria de Saúde faz parte do leque de órgãos que fazem controle sobre a aplicação dos recursos públicos por parte do Iges.

Então, fica incoerente, para não dizer uma ilegalidade – não vou levantar suspeição ainda –, o Presidente do Iges assumir a Secretaria de Saúde. Então, eu conclamo ao Governador que, de forma urgente, nomeie um novo nome para a Secretaria de Saúde, pois que eu vejo que essa questão impossibilita o controle social.

A Secretaria de Saúde faz parte, sim, dos órgãos que exercem controle sobre a aplicação dos recursos por parte do Iges: Tribunal de Contas do Distrito Federal, Câmara Legislativa...

Então, é importantíssimo, viu, Deputado Jorge Viana, que o Governador indique um nome para assumir de vez a Secretaria de Saúde.

Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos a situação das trabalhadoras das escolas, que são merendeiras e trabalhadores da limpeza. As escolas estão de recesso; entretanto esses trabalhadores estão sendo obrigados a comparecer nas escolas, como se trabalhando estivessem.

Portanto, se as escolas estão de recesso, o normal é que eles também entrem em recesso, com os benefícios, por exemplo, o tíquete-alimentação, porque não adianta colocar de recesso sem pagar o tíquete-alimentação, porque metade do salário deles está indo embora.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Quanto à questão da saúde – uma coisa que o Sindicato dos Vigilantes vem denunciando constantemente –, é preciso que quem esteja no comando da Secretaria de Saúde passe uma orientação geral no sentido dos equipamentos que são necessários. Tem que haver uma orientação da secretaria para que as empresas cumpram e coloquem esses equipamentos à disposição dos trabalhadores, porque há hospitais em que foram disponibilizados, como é o caso de Santa Maria, e a direção não está deixando os trabalhadores usarem, dizendo que não é para os vigilantes usarem para não causar pânico à população que comparece.

Há o caso também de uma UPA em que foram distribuídas as máscaras e a diretora da UPA disse para não usarem para não causar pânico. Quer dizer, é um absurdo que isso esteja acontecendo.

Mas eu quero louvar aqui, Presidente, a atitude da Polícia Federal do Brasil. As academias de formação e de reciclagem de vigilantes estavam todas funcionando. O sindicato encaminhou ontem um ofício para a Polícia Federal e ela determinou a suspensão dos cursos de formação e reciclagem até o mês de junho em todo o território nacional.

Portanto, estão proibidas a reciclagem e a formação nessas escolas até o mês de junho. É muito importante essa decisão tomada pela Divisão de Segurança, pelo Dr. Guilherme, o delegado que cuida disso, da Divisão de Segurança Privada da Polícia Federal.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero na realidade passar uma informação que muito me preocupa. Hoje pela manhã, nós entramos em contato com o sindicato dos laboratórios, das empresas de laboratório do Distrito Federal, para pegarmos a quantidade de exames que foram feitos em relação ao coronavírus, Deputada Arlete Sampaio, e assim nós recebemos a informação de que, infelizmente, esses dados que são colhidos pelo sindicato não estão integrados ao comitê de emergência que o governo criou.

Então, só informando e pedindo ao Secretário Bispo Renato Andrade que possa solicitar ao comitê de emergência do coronavírus que integre nos seus dados as informações dos laboratórios privados do Distrito Federal, tendo em vista que existe uma previsão legal, mas não existe ainda a integração desses dados.

Então, acho que é importante, para que possa subsidiar melhor as decisões do governo, que esses dados sejam integrados ao centro de emergência que foi montado pelo GDF.

Obrigado, Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Assumo a Presidência.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um registro. Eu fiz um pronunciamento hoje relacionado ao Decreto nº 40.524, sobre a transferência do CIEVS – Centro de Informação Estratégica de Vigilância e Saúde para o Centro Integrado de Operações de Brasília, que é o CIOB, criticando a decisão do governo. Conversei com o Bispo Renato aqui no plenário. O Governador do Distrito Federal entrou em contato comigo para se posicionar sobre o CIEVS e dizer que, para essa força-tarefa, é importante essa transferência nesse momento, apesar do apelo dos servidores da saúde. Ele convidou a mim e à Deputada Arlete Sampaio para visitarmos o CIOB para vermos as condições técnicas de funcionamento do CIEVS. Então, nós vamos suspender a tramitação do PDL que nós havíamos apresentado, graças ao apelo do Governador e ao apelo do Bispo Renato, e vamos visitar o CIOB para ver se, de fato, está sendo respeitada a autonomia técnica das equipes do CIEVS.

Quero agradecer ao Deputado Bispo Renato Andrade e ao Governador a atenção em relação ao nosso PDL.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, eu gostaria de aproveitar aqui, Sr. Presidente, a presença do Secretário de Relações Parlamentares, Bispo Renato, e falar sobre os dois ofícios que nós encaminhamos hoje para o Governo do Distrito Federal, para o Governador Ibaneis Rocha, que tratam justamente de dois pontos em que estamos tentando ajudar o governo e todo o Distrito Federal nessa questão do combate ao coronavírus.

Um é providenciar um estudo para que a gente possa montar, o quanto antes, um hospital de campanha ali no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, como também no ginásio. Nós temos os espaços. Nós sabemos que aqui em Brasília, aqui no Distrito Federal, nós temos as Forças Armadas presentes e podemos, sim, fazer essa mobilização para que já, antes que a contaminação aconteça em massa, possamos ter dois locais com dois hospitais. É uma guerra sanitária, sim, que estamos vivendo no nosso país e no Distrito Federal.

Também faço uma outra observação sobre algo que aconteceu na Itália. O nosso gabinete está sempre pesquisando. Falo da questão de incentivar um estudo técnico na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em relação às válvulas das máscaras que são utilizadas nas UTIs, nos respiradores mecânicos. Essas válvulas, Sr. Presidente, são trocadas de oito em oito horas. O que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

aconteceu na Itália? Lá houve óbitos por conta da falta dessas válvulas. E os engenheiros Alessandro Romagnoli e Christian Fracassi que, em três horas, conseguiram, com equipamento 3D, fabricar essas válvulas. Em questão de três horas, fabricaram dez válvulas. Foi assim que conseguiram fabricá-las.

Isso pode ser, também, o que pode ocorrer, já que não sabemos como está o estoque dessas válvulas. Então, é bom que se faça esse estudo técnico.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho visto aqui, lógico, as ações não só do Poder Executivo, mas também deste Poder Legislativo, em relação a buscar soluções para esse problema que não é só local, mas é um problema mundial. Mas fechar as coisas é muito fácil, pega... É como o Deputado Chico Vigilante estava mencionando ali. Não quero dizer que o Deputado Chico Vigilante não tenha acertado nessa medida de pedir o fechamento, no caso das academias. O que eu quero dizer é que pedir para fechar é muito fácil. Agora, será que o governo e este Poder Legislativo também não têm que começar a pensar em manter o setor produtivo, as empresas vivas e viáveis? Porque, como no exemplo do Deputado Chico Vigilante, ficam três, quatro meses essas academias fechadas sem faturamento.

O governo está vendo a contrapartida, como o Governo de São Paulo está fazendo, em relação à questão dos tributos? Ele tem feito a isenção do IPTU por três meses e de demais despesas, e não só a questão de crédito para essas empresas, como o comércio, os restaurantes. Já saiu no *DFTV* ontem, e hoje que muitos estão para fechar e demitir as pessoas. A gente tem que começar a ver isso aí. Fechar é muito fácil. Agora, manter as empresas viáveis e vivas é o que a gente tem que buscar.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que tivéssemos aqui muita segurança na aprovação em segundo turno do projeto que altera a LDO, pela seguinte razão: ontem, nós aprovamos o projeto que reduz o ICMS para produtos que servem no combate ao coronavírus. No entanto, o governo aproveitou a oportunidade, porque, no projeto que altera a LDO, ele está fazendo algumas outras coisas: abrindo espaço, por exemplo, para a anistia e remissão de Refis, IPTU e IPVA, e para a redução da base de cálculo do ICMS sobre carne, frango e leite – o que é positivo, pensando na população mais pobre. Mas também está colocando aqui: “crédito presumido do ICMS na saída interna de cerveja e chope artesanais, produzidos por microcervejarias”. E isto aqui, que eu não entendi o que tem a ver com coronavírus: redução de base de cálculo do ISS – Imposto sobre

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Serviços de Qualquer Natureza para serviços de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária.

Nós sabemos que essas alterações precisam de projeto de lei específico, mas me espanta o governo se aproveitar de uma situação que esta Casa, com a maior boa vontade, votou no dia de ontem, em sessão extraordinária, para abrir espaço para outras medidas, sem falar com a gente! Se não é a gente prestar atenção em item por item da tabela do projeto, a gente não vai perceber o submarino.

Então, a Secretaria de Economia tem que ter um pouco mais de transparência ao tratar com esta Casa os projetos que manda para cá! Combina uma coisa e manda outra? Seja honesto: "Ó, estou mandando a alteração da LDO para abrir espaço, futuramente, para eventuais mudanças na tributação". Agora, auditoria e consultoria contábil, já está abrindo espaço para isso? Por quê? É para atender aos amigos do rei? Quem é que vai ganhar com isso aqui?

Vamos ser corretos, a gente está num momento difícil... e a população está enfrentando. Vamos ser transparentes. A Casa está disposta, agora, não dá para fazer um combinado aqui e mandar um projeto alterando a LDO com várias outras coisas que a gente não estabeleceu no acordo.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente agradeço a gentileza do Deputado Jorge Vianna.

Quero apenas esclarecer o nobre Deputado Leandro Grass: nós temos, sim, algumas dúvidas, reconhecemos, eu e o Bispo Renato estamos averiguando essas dúvidas. E todos os processos que temos trazido a esta Casa, na sua maioria esmagadora, são claros, transparentes. Se há alguma dúvida, com o auxílio da Câmara Legislativa, inclusive do próprio Deputado Leandro Grass, tiramos qualquer nuvem de dúvida com relação a elas.

É o que está acontecendo agora: o projeto tem um fim muito específico, que é relacionado ao drama que vivemos hoje, do coronavírus, e portanto não tem nada relacionado com amigos do rei. As dúvidas que forem levantadas serão sanadas por mim e pelo Bispo Renato, e, tão logo tenhamos respostas, vamos transmitir para todo o Plenário, para que haja transparência e todos votem com convicção. Se são contra nós, vamos respeitar ou vamos fazer o nosso trabalho.

Então, apenas para deixar isso claro, registrado: o método que temos usado sempre, ao longo desse ano e pouco, tem sido o da transparência e do diálogo, e assim faremos. Agora, obviamente, agradeço àqueles que levantam as dúvidas, porque elas é que vão fazer com que a gente possa clarear o processo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Obrigado.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero informar, principalmente ao Bispo Renato e à equipe do governo, que eu já tinha encaminhado, já tinha feito uma emenda de 2 milhões de reais para o PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde. Essa emenda já está no SISCONEP – Sistema de Controle de Emendas Parlamentares. Eu não preciso fazer uma emenda para incluir na votação de hoje, uma vez que já está no Sisconep, e só falta, então, a liberação desse 1 milhão de reais para ajudar no combate ao coronavírus.

Assim, eu peço ao Bispo Renato que já libere esse 1 milhão. Ou seja, nem precisa passar pela lei, porque já está lá no Sisconep, porque eu já tinha colocado 2 milhões para o PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde. E, agora, nas emendas que eu fiz, eu coloquei mais dois milhões, em três emendas. E essas três emendas são justamente para fortalecer o grupo dos trabalhadores da Secretaria de Saúde. Então, coloquei dois milhões para a contratação da equipe de enfermagem. Precisamos de profissionais de enfermagem. Vi que o Governador vai chamar em torno de trezentas e poucas pessoas – duzentos e poucos médicos e cem profissionais enfermeiros. Eu estou colocando a emenda para chamar, aproximadamente, mais cem profissionais de enfermagem. Então, que possamos aprovar, porque pelo menos para este ano nós temos o recurso e, para o ano que vem, a gente coloca na lei orçamentária para prever mais nomeações dos concursados.

Sr. Presidente, é isso. Muito obrigado.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo, a exemplo da Câmara Legislativa, publicou um decreto estabelecendo várias medidas, entre elas o teletrabalho. Só que, ao contrário da nossa medida, o Governo desconsiderou algumas situações. Ele estabelece o teletrabalho apenas para pessoas que têm os sintomas e que tenham viajado para o exterior recentemente, mas não contempla, por exemplo, pessoas idosas, não contempla pessoas que estão em situação de doença crônica, que são mais frágeis caso adquiram o vírus.

Então, eu queria aqui fazer uma sugestão, tendo em vista que o Bispo Renato Andrade se encontra aqui conosco, e contamos também com a presença do Deputado Cláudio Abrantes, para que o Governo faça uma retificação nesse decreto, admitindo pessoas acima de 65 anos no teletrabalho e as pessoas com doenças crônicas também.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Fica aqui esse encaminhamento, que na nossa visão é bem importante. Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria inclusive... atendendo à solicitação do nobre Deputado Leandro Grass. Deputado, faça uma indicação de nossa autoria, eu assino junto, eu acho que outros Deputados também têm interesse, e podemos votar por aqui para que sejam incluídos no decreto esses grupos sociais de que V.Exa. tratou. Eu estou totalmente de acordo.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Neste momento, faço um apelo a todos os senhores para que possamos votar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós acertamos ontem e fizemos em confiança, inclusive o Deputado Agaciel Maia fez em confiança, a votação daquele projeto, dizendo que viria uma correção na LDO, simplesmente para atender àquele projeto. Portanto, a sugestão que eu faço é que o Deputado Agaciel Maia, que será o Relator, tire fora todas as outras coisas que não fazem parte do que nós fizemos ontem, e vamos votar tão somente a legalização do que foi votado aqui ontem, porque, se tem uma coisa que não pode existir, é quebra de confiança. Nós fizemos um entendimento aqui, um acordo, em confiança. Portanto, deviam ter avisado para o pessoal do Governo que propõe essas coisas, e isso não é papel de V.Exa., Sr. Presidente, o que foi acertado e o que ele tinha que mandar. Querem mandar mais coisas? Peguem no momento oportuno e mandem. E teremos toda a satisfação de apreciar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, eu vou sugerir aqui o seguinte: votarmos esse projeto de crédito, que já está pronto para o Deputado Agaciel Maia relatar e, em seguida, eu chamo a outra sessão, votamos esse projeto em segundo turno e esperamos aqui a Assessoria de V.Exa. e daqueles Deputados que estão com dúvidas, para que possamos fazer a análise, porque a minha assessoria acabou de me informar dizendo que esse texto que está aí nada mais é do que a transcrição do texto que já existe na LDO, que nós aprovamos aqui.

Então, para que os senhores não tenham dúvidas, eu só peço que peguem a LDO que nós aprovamos nesta Casa, no meio do ano passado, e vejam se realmente é só a transcrição, repetindo o texto e o parágrafo, só com o acréscimo daquilo que votamos ontem.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Neste momento, solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero esclarecer o atraso. É porque o nosso sistema de emendas da CEOF, que sempre funcionou, nunca havia dado problema, está danificado desde ontem. Por isso, as emendas foram feitas pelo SEI. As emendas de plenário também não foram lançadas no sistema Seleg, que é o sistema da Secretaria Geral da Mesa. Então, eu sugiro que vejamos o que está acontecendo com a nossa CMI, que é a nossa área de informática, para que não soframos esses problemas.

Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2020, que “abre um crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais).”

O presente projeto de lei trata de um remanejamento objetivando atender a programas de capacitação de servidores da Polícia Militar do Distrito Federal, além da modernização e reequipamento das unidades de segurança pública. A proposição visa também atender despesas com a gestão das atividades de sinalização horizontal e vertical através do Departamento de Trânsito de Brasília – DETRAN, nas regiões do Sol Nascente e de Arniqueira.

O projeto de crédito também atenderá à implementação da ação “realização de atividade de comunicação social”, de modo a permitir a contratação de empresas de serviços de comunicação corporativa. Desta forma, uma vez que a presente proposição trata apenas de remanejamento, indicado o devido cancelamento para a suplementação, *in casu*, não há o que se falar de óbice para a aprovação do projeto.

Foram apresentadas 205 emendas à proposição com as seguintes quantidades: Deputado Roosevelt Vilela, 2; Deputado Daniel Donizet, 8; Deputado Rafael Prudente, 4; Deputado Iolando, 20; Deputado Reginaldo Sardinha, 10; Deputado Chico Vigilante, 6; Deputado Agaciel Maia, 1; Deputado Leandro Grass, 4; Deputado Delmasso, 3; Deputado Cláudio Abrantes, 1; Deputado Robério Negreiros, 17; Deputado Eduardo Pedrosa, 23; Deputado Jorge Vianna, 3; Deputado Fábio Felix, 1; Deputada Arlete Sampaio, 6; Deputada Jaqueline Silva, 8; Deputado Prof. Reginaldo Veras, 2; Deputado Valdelino Barcelos, 1; Deputada Júlia Lucy, 43; e Deputado Hermeto, 32.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, eu não ouvi meu nome.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, foi acrescentado mais uma agora do Deputado Roosevelt Vilela.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Deputado João Cardoso, esse não está constando.

Um minuto, Deputado. (Pausa.)

Deputado João Cardoso, 8.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Obrigado, conterrâneo.

Está chovendo lá, viu?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – São 206 emendas. Houve a indagação de que a Deputada Júlia Lucy apresentou 42 emendas e não se encontra em plenário, por estar afastada, mas é uma prerrogativa do Parlamentar fazer a destinação dos seus recursos, e isso é apenas um remanejamento, ela não está acrescentando nada. O próprio Líder do Governo é testemunha de que mesmo os Deputados que não estejam mais em mandato, porque perderam as eleições, têm direito a emendas no ano seguinte. Foi feita essa mudança de destinação para o Parlamentar que não estivesse mais no exercício do cargo e isso foi convalidado pelo Deputado Claudio Abrantes, que era Líder, que é Líder aliás. Eu entendo que não há nenhum prejuízo, porque se trata apenas de um remanejamento, dependendo ainda da execução ou não por parte do Poder Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela admissibilidade e aprovação das 206 emendas apresentadas em plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.018, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais).”

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Aproveitando, incluo extrapauta o Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura ao consumidor, no âmbito do Distrito Federal, a remarcação de pacotes de viagens adquiridos, em razão da doença Covid-19 causada pelo novo coronavírus, e dá outras providências”.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Presidente, primeiro caso confirmado em Brasília de coronavírus... O *Metrópoles* acabou de postar a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu vou, Deputado Jorge Vianna... Eu sei que o Deputado Agaciel Maia, com toda sua experiência... Mas eu peço que a assessoria da Câmara, para que depois a gente não incorra no problema de todo projeto, por conta das emendas apresentadas pela Deputada Júlia Lucy. Eu peço para que façam um estudo do nosso Regimento porque... Claro que nós estamos vivendo um momento diferente, e a Deputada Júlia Lucy não está aqui não é porque ela quer não estar, é para precaver, inclusive, a saúde de todos que estão aqui. Espero que ela esteja bem.

Agora, se nós instituímos neste plenário, em que já é difícil de termos *quorum*, se instituímos aqui como regulamentar a aprovação de emendas de plenário sem os Deputados estarem em plenário, licenciados, creio que a gente pode incorrer em um grande erro. O Deputado Agaciel Maia acatou aqui, mas eu peço que a assessoria nossa de plenário faça uma análise do nosso Regimento para saber se a gente não pode incorrer na prejudicialidade desse processo todo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – V.Exa. tem razão. Se o Deputado está de licença, e é licença oficial, não tem como apresentar emenda. Deputado Agaciel Maia, é diferente dos Deputados que perderam mandato e têm lá as emendas e elas são executadas, mas, para isso, para ter remanejamento, algum Deputado que está no mandato tem que assumir. Sempre foi assim. Se não assumir, não tem remanejamento.

Portanto, eu acho que V.Exa. tem razão e apoio a posição de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, não tem problema nenhum se V.Exa. ou os Deputados resolverem excluir as emendas da Deputada Júlia Lucy, porque entrou um novo projeto de crédito e ela pode fazer depois. Apenas, por questão de coerência, em se tratando apenas de matéria que é prerrogativa do próprio Parlamentar remanejar a sua cota e que não acrescenta nada, nós não estamos acrescentando nada, apenas ela está remanejando um valor que já existe, ela está cancelando de um lugar para colocar em outro. E é apenas uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

emenda parlamentar, é uma prerrogativa que nós temos e dependemos também... Nós temos dezoito milhões e pouco; o governo, no máximo, executa seis por ano quando muito. Então, ela não está impondo.

Acatar uma emenda, e a Deputada foi inclusive imperativamente afastada temporariamente por interesse da própria Câmara, nem tanto dela... Às vezes, nós votamos também projeto de Deputados em que há um acordo de cavalheiros, dizendo que não se pode votar projeto de Deputado que não esteja em plenário. Às vezes, como aconteceu com o próprio Deputado Cláudio Abrantes recentemente, que está afastado por licença médica, nós aprovamos projeto dele. Eu acho que podemos excluir a emenda, não tem problema nenhum.

Agora também, dando informação ao Deputado Chico Vigilante, os Parlamentares... Se nós perdermos a eleição, como aconteceu com uma série de Deputados... No ano passado, eles tinham direito porque eles destinaram as emendas no exercício ainda do mandato para o ano seguinte. Os Parlamentares e o governo, por interesse do próprio governo, muitos fizeram alteração da destinação das suas emendas, assinada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a alteração da destinação, sempre foi feito, como aconteceu com o Deputado Lira e vários outros Deputados, alterando a destinação sem sequer estar no mandato mais. Mas, tendo em vista que aqueles valores são dele, são inerentes à atividade que exercia no exercício anterior, no ano anterior, eu apenas pedi ao Líder de Governo que convalidasse esse requerimento feito pelos Deputados, para que pudesse ser executado.

Mas não tem nenhuma importância se a Mesa entender que pode colocar em risco, tendo em vista que existem outros projetos de crédito, pode fazer a exclusão das emendas da Deputada Júlia Lucy, que não altera em nada, Sr. Presidente, porque ela vai fazer a destinação de outra maneira, é uma prerrogativa dela. Estar afastada do mandato significa dizer que ela apenas está em licença remunerada, uma licença médica.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Agaciel Maia, eu quero apenas consultar o Plenário rapidamente.

No mesmo sentido que V.Exa. está falando, o Deputado que perdeu a eleição e que pediu inclusão no relatório, Deputado que fez emenda de plenário ou de comissão, onde estava, ou apenas assinou, ou se fez de plenário, assinou como emenda de plenário, mas estava presente aqui.

Nós estamos instituindo, neste momento, a possibilidade de fazermos emenda de plenário não estando em plenário. Podemos correr o risco de dar prejudicialidade a esse projeto como um todo.

Então, eu tenho duas sugestões: ou a Deputada Júlia Lucy faz num próximo crédito, e a gente vota na próxima semana, ou então, Deputado Agaciel Maia, como emenda apresentada por Deputado que perdeu eleição, e V.Exa. convalidou como

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

emenda de relator, a sugestão que eu lhe dou é que acate as emendas da Deputada Júlia Lucy como emenda de relator.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Com licença, Deputado Robério Negreiros, para eu só responder aqui.

Sr. Presidente, nós não vamos criar essa celeuma por causa dessas emendas da Deputada Júlia Lucy. Não há problema algum. A Deputada Júlia Lucy, inclusive, é membro da Comissão. Eu retifico meu parecer, excluindo as emendas da Deputada Júlia Lucy. Não vamos ficar fazendo uma discussão que sabemos que não tem nenhum resultado prático, porque já tem um projeto de crédito, e ela apresenta o meu próximo projeto de crédito.

Eu retifico o meu parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, excluindo as emendas da Deputada Júlia Lucy.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ratifico a votação do parecer do nobre Deputado Agaciel Maia: foram 22 votos favoráveis.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vai ter de votar de novo, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu ratifiquei a votação do parecer, Deputado.

Deputado Delmasso, para não incorrer em erro, Deputado Robério Negreiros pediu a palavra antes.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – É até ruim, porque quando a gente pede a palavra pela ordem existe uma sequência de raciocínio e, com a demora, fica complicado.

Mas sem querer defender, eu acho que a licença da Deputada Júlia Lucy, essa é minha opinião, não é uma licença regimental; é uma licença por algo extraordinário, conforme ato da Mesa Diretora que aborda até teletrabalho. Então, eu entendo que ela está em quarentena. Se pegar o próprio ato que fala de teletrabalho, eu entendo que ela pode assinar de casa uma emenda numa situação excepcional. Ela não está de licença médica, está de quarentena, um cuidado que a Casa teve em função de ela ter viajado e mantido contato com doentes diagnosticados com o coronavírus.

Eu entendo que ela pode assinar por se tratar de algo excepcional, por não ser licença médica e outras licenças que o Regimento da Casa reza sobre tais. Nós fizemos um ato da Mesa Diretora, excepcionalmente, que está lhe dando uma licença.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

O próprio ato traz o tal do teletrabalho. Entendo que ela assinou de casa, está validado e não precisa de emenda de relator.

Eu creio que as emendas dela são válidas. É a minha opinião, salvo melhor juízo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, na realidade, citar um caso que aconteceu comigo em janeiro do ano passado.

Eu não estava de licença. Eu estava em pleno exercício do mandato. Não havia ato meu publicado em lugar algum, declarando a licença. Eu só não estava presente na sessão e assinei uma emenda para a aprovação do Iges. A emenda sequer foi lida, com o entendimento que o Presidente colocou. Eu não estava de licença, eu somente não estava presente em plenário. Acredito que o entendimento do Presidente é correto porque o Parlamentar, para assinar uma emenda de plenário, precisa estar presente no plenário.

Agora, é claro que S.Exa. ou qualquer outro parlamentar poderiam ter apresentado a emenda sem ser de plenário a qualquer momento. O grande problema, Deputado Agaciel Maia, é que as emendas que foram apresentadas são emendas de plenário. Licenciado ou não, o Parlamentar precisa estar no plenário ou ter passado no plenário para assinar.

Nesse caso que aconteceu comigo, em janeiro do ano passado, na sessão extraordinária do Iges, quando eu estava viajando com a minha família, eu mandei uma emenda assinada. Eu assinei a emenda com um aplicativo que tenho de assinatura eletrônica, inclusive com certificação de que a assinatura era minha mesmo. Ela sequer foi lida e eu não estava de licença! Com isso, ela foi prejudicada, certo? Mas o Deputado Rafael Prudente, depois, reapresentou a emenda, porque S.Exa. estava presente no plenário. É justamente porque a emenda é de plenário! Se fosse uma emenda que não fosse de plenário, concordo plenamente que ela deveria ser aceita.

Agora, acho importante estabelecermos esse rito, Deputado Rafael Prudente, até sugiro que a Mesa Diretora apresente uma alteração para o Regimento Interno que diz o seguinte, o óbvio: emenda de plenário tem que ser assinada por Deputados presentes em plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu acho que isso está claro.

Fui indagado há pouco pelo Deputado Jorge Vianna sobre a possibilidade de teletrabalho de Deputado. Sim. Existe o teletrabalho para o Deputado tocar o seu gabinete. Não existe teletrabalho, pelo menos no sistema que temos hoje, para

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

votação e apresentação de emendas de plenário. Acho que o mínimo que o Poder Judiciário ou Ministério Público vão fazer com a legislação é olhar se uma emenda de plenário foi apresentada por um Deputado que esteve presente em plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu acho que isso já está superado, senhores. Vamos passar para o próximo item.

O Deputado Eduardo Pedrosa pediu para acrescentar um projeto de autoria dele para o qual há o entendimento entre os líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Mas não, gente. Esperem aí.

Nós estamos falando de uma coisa inédita: justamente por haver a possibilidade de hoje ter o teletrabalho, e nós estamos proibindo um serventuário, digamos, do Legislativo em apresentar um trabalho. Eu acho o seguinte: tudo bem, que seja acatada a decisão, mas que pensemos em mudar o Regimento Interno desta Casa para as excepcionalidades.

Qual a diferença de S.Exa. estar em casa, hoje, fazendo isso pelo SEI? Hoje nós fazemos pelo SEI...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eu sei. Só que S.Exa. não pode estar aqui.

Tenho certeza de que, se S.Exa. pudesse estar aqui, estaria. S.Exa. não está por causa da quarentena. S.Exa. poderia ficar aqui ao lado, no computador, e fazer o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura ao consumidor no âmbito do Distrito Federal a remarcação de pacotes de viagens adquiridos em razão da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa do Consumidor, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, que indique relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer sobre a matéria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura ao consumidor no âmbito do Distrito Federal a remarcação de pacotes de viagens adquiridos em razão da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 e dá outras providências”.

Art. 1º. O Deputado apresentou um substitutivo, portanto eu vou ler o substitutivo apresentado pelo Deputado Eduardo Pedrosa.

Art. 1º - Fica assegurado ao consumidor, no âmbito do Distrito Federal, que os pacotes de viagens adquiridos podem ser remarcados em razão da doença Covid-19, causada pelo coronavírus ou quando tiver sido decretada epidemia de doença pela autoridade competente no destino do passageiro ou em caso de pandemia de doença decretada pela Organização Mundial da Saúde.

Parágrafo único - Fica proibida a cobrança de qualquer taxa extra ou multa ao consumidor que optar pela remarcação de que trata o *caput* desta lei.

Art. 2º - Esta lei se destina à vigência temporária pelo período de seis meses, podendo ser renovada por igual período enquanto perdurar a proliferação da doença Covid-19.

Art. 3º - O descumprimento do disposto sujeita os infratores à multa prevista no art. 57, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação.

O presente substitutivo objetiva aperfeiçoar a proposição. Na verdade, é uma emenda que se torna um substitutivo, sendo o nosso parecer da Comissão de Defesa do Consumidor pela aprovação no mérito dessa proposta apresentada pelo Deputado Eduardo Pedrosa, na forma do substitutivo apresentado.

Inclusive, louvo o Deputado Eduardo Pedrosa pela atitude de V.Exa., pela presteza de V.Exa. no sentido de apresentar isso aqui que vai efetivamente defender o consumidor do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão o parecer da CDC.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado José Gomes, que relate a matéria ou que designe relator. (Pausa.)

DEPUTADO JOSÉ GOMES – Sr. Presidente, avoco a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Solicito ao Relator, Deputado José Gomes, que emita o parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura ao consumidor no âmbito do Distrito Federal a remarcação de pacotes de viagens adquiridos em razão da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 e dá outras providências”.

No âmbito da CEOF, o parecer ao Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, é pela aprovação e admissibilidade do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao Projeto de Lei nº 1.021, de 2019, está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Retificando: aprovado o parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.021, de 2020.

Esta Presidência designa o Deputado Daniel Donizet para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Daniel Donizet, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, que “assegura ao consumidor, no âmbito do Distrito Federal, a remarcação de pacotes de viagem adquiridos em função da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2 e dá outras providências”.

Quanto ao Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, somos pela admissibilidade, na forma do seu Substitutivo nº 1, de 2020.

É o parecer, Presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO DELMASSO – Em discussão. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022, de 2020, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “estabelece medidas extraordinárias de garantia à oferta de produtos e insumos para conter a disseminação do vírus da Covid-19 no âmbito do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CDC, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos e as emendas.

Solicito ao Presidente da CDC, Deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cabe a essa Comissão de Defesa do Consumidor analisar o projeto no mérito. A constitucionalidade e outras coisas cabem à CCJ.

No mérito, nós entendemos que essa proposição, apresentada pela Deputada Arlete Sampaio, objetiva garantir o acesso de toda a população do Distrito Federal – consumidores finais, inclusive centros hospitalares, clínicas médicas, centros de saúde – aos produtos destinados à prevenção e ao combate ao coronavírus.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, aplaudindo a nossa querida companheira médica e sanitarista, Deputada Arlete Sampaio, pela apresentação da proposição.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

O nosso parecer é pela aprovação, no mérito, dessa proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– A Deputada Arlete Sampaio sempre merece o respeito e a consideração de todos nós.

Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.022, de 2020, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “estabelece medidas extraordinárias de garantia à oferta de produtos e insumos para conter a disseminação do vírus da Covid-19 no âmbito do Distrito Federal”.

Examinando os critérios orçamentários e jurídicos, somos pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Deputado Daniel Donizet que profira o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.022, de 2020.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.022, de 2020, que “estabelece medidas extraordinárias de garantia à oferta de produtos e insumos para conter a disseminação do vírus da Covid-19 no âmbito do Distrito Federal”.

Somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.022, de 2020, em primeiro turno.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.398, de 2020, de autoria de vários Deputados, que “requer a dispensa do interstício dos projetos aprovados nas sessões ordinária e extraordinárias de 17,18 e 19 de março de 2020, para início do turno seguinte e imediata votação”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em atendimento ao Requerimento nº 1.399, de 2020, convoco os Parlamentares para a sessão extraordinária com início imediato após a sessão ordinária para votar os seguintes itens:

Discussão e votação, em 2º turno, do parecer ao Projeto de Lei nº 1.020, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências”.

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.018, de 2020 (Mensagem nº 94, de 2020), de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.452.007,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e sete reais)”.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.021, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura ao consumidor, no âmbito do Distrito Federal, a remarcação de pacotes de viagens adquiridos em razão da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 e dá outras providências”.

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.022, de 2020, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “estabelece medidas extraordinárias de garantia à oferta de produtos e insumos para conter a disseminação do vírus da Covid-19 no âmbito do Distrito Federal”.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h44min.)

(Acompanham as notas taquigráficas as recomposições de *quorum*.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2020	15h15min	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Relatório de Presença por Recomposição : 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGIS

✓ Data: 17/03/2020

Término da Reunião às 17:50:23

Estavam Presentes

1 DELMASSO	REPUBLICAN
2 FÁBIO FELIX	PSOL
3 PROF. REGINALDO VERAS	PDT
4 ARLETE SAMPAIO	PT
5 REGINALDO SARDINHA	AVANTE
6 LEANDRO GRASS	REDE
7 EDUARDO PEDROSA	PTC
8 JOÃO CARDOSO	AVANTE
9 DANIEL DONIZET	PSDB
10 RAFAEL PRUDENTE	MDB
11 CHICO VIGILANTE	PT
12 AGACIEL MAIA	PL
13 JORGE VIANNA	PODEMOS
14 VALDELINO BARCELOS	PP
15 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
16 ROOSEVELT VILELA	PSB
17 DEL. FERNANDO FERNANDES	PROS
18 JOSÉ GOMES	PSB
19 JAQUELINE SILVA	PTB
20 HERMETO	MDB
21 CLAUDIO ABRANTES	PDT
22 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN

Estavam Ausentes

1 IOLANDO ALMEIDA	PSC
2 JÚLIA LUCY	NOVO

Presidente